

dias, sem capital social e sem ética, mas com grande capital escolar. Embora certamente estas disputas inter-classe sejam relevantes, o autor atribui uma diferença *de facto* para grupos que, de outro ponto de vista, poderiam ser descritos como nem tão distintos assim. Afinal, não foi o próprio autor quem definiu os filantropos antigos como “novos ricos”? Teriam os primeiros filantropos um passado tão “glorioso”, “ético” e “escrupuloso” como assume o autor, a partir da leitura do *Wall Street Journal*?

Por fim, Guilhot defende que os anos 1990 teriam sido o marco da “moralização dos negócios”, “lavagem ética do capital” e da emergência da *corporate* ou *venture philanthropy*, elemento central da política neoliberal de desengajamento do Estado. A “responsabilidade social” de empresa seria uma forma de diminuir o controle do Estado e de prevenir qualquer tentativa de regulamentação. A forte profissionalização do campo da filantropia, segundo o autor, seria um indicador da autonomização do campo, e a produção de normas, padrões e critérios de avaliação evidenciarium uma “vontade de governar” por parte do chamado terceiro setor, de governar cidades, no caso dos projetos sociais urbanos de empresas.

## **CIDADE: IMPASSES E PERSPECTIVAS**

Maria Lúcia Caira Gitahy e José Tavares de Lira Correia (Orgs.)  
São Paulo: Annablume Editora/FAU-USP/Fupam,  
2007 (Coleção Arquiteses, n.2)

*Nadia Somekh*

FAU-Universidade Presbiteriana Mackenzie

A Faculdade de Arquitetura da USP acaba de editar, com dois volumes iniciais, a coleção Arquiteses, que reúne artigos das melhores teses e dissertações produzidas no programa de Pós Graduação Estruturas Ambientais Urbanas. A área de concentração, embora genérica originalmente, foi recentemente subdividida em oito áreas mais específicas: história da arquitetura, da cidade e do urbanismo, planejamento urbano, paisagem e ambiente, projeto, tecnologia e design. Essa amplitude é recortada efetivamente pelas dissertações e teses que

conseguem resgatar uma pauta preciosa dos principais problemas de pesquisa em arquitetura e urbanismo.

No volume 2, *Cidade: impasses e perspectivas*, longe de uma justaposição, o trabalho de editoria sob a responsabilidade de Maria Lucia Gitahy e José Tavares Correia de Lira consegue compor os trabalhos em uma seqüência que potencializa o encadeamento das argumentações, com uma complementaridade equilibrada entre o teórico e o empírico. O mosaico de textos, em sua composição, é um retrato atual não só dos problemas a serem enfrentados no mundo urbano contemporâneo, mas também das lacunas não-resolvidas, possibilitando a abertura para inúmeros novos projetos de pesquisa, tornando-o leitura obrigatória para alunos e professores de programas de pós-graduação e dos cursos de graduação que valorizam a pesquisa na formação de estudantes de Arquitetura e Urbanismo.

A abertura do volume cabe ao artigo de Andréa de Oliveira, que através da revisão crítica apresenta a importância da precisão na definição conceitual de “centro” e “centralidades”. Ao longo do século XX, a expansão periférica e a necessidade de intervenções renovaram estes termos, destituindo seu caráter simbólico. A autora alerta que a indefinição do conceito, resultado de visões acríicas que se sucederam provenientes de saberes diversos, levam a interpretações duvidosas e, portanto, servem como um discurso flexível que se presta a justificar intervenções ao sabor de interesses diversos. Se o centro anteriormente diferenciava-se das centralidades por conter condições históricas, hoje representam a concentração de fluxos produzidos pelos agentes imobiliários.

O texto seguinte, de Beatriz Diógenes, dialoga com o anterior ao descrever o deslocamento de atividades no bairro de Aldeota, em Fortaleza. A partir de hipóteses de Flávio Villaça – fonte referencial recorrente na maioria das pesquisas –, a autora assinala que a percepção “do perto e do longe” é produzida pelas elites, que conferem caráter metafórico ao próprio conceito de “novo centro da cidade”, isto é, a capacidade de reunir condições históricas socialmente abrangentes na nova centralidade. A confusão em relação aos termos remete à necessidade de resgatar seu sentido mais preciso e, ao mesmo tempo, reitera o conteúdo ideológico dessa confusão.

Karin Ianina Matzkin apresenta texto comparativo entre a produção dos espaços de São Paulo, Buenos

Aires e Cidade do México. Ao retomar o debate conceitual, refletindo sobre a relação entre a forma urbana, seus problemas e a própria constituição da sociedade que a produz, a autora aponta, com muita propriedade, a importância dos processos históricos na constituição das três cidades, em detrimento da lógica homogeneizadora que a visão dos processos de globalização, reestruturação produtiva e reformas neoliberais vêm imprimindo às pesquisas sobre grandes cidades. A autora aponta que os efeitos espaciais da chamada “globalização” não explicam a diversidade que se manifesta nas cidades contemporâneas. As referências teóricas da globalização captam fragmentos das transformações urbanas decorrentes das hierarquias estabelecidas pelas especificidades do mercado imobiliário e da ação do Estado: nacional e local. O texto aponta ainda diferenças espaciais entre as três cidades, decorrentes da estruturação dos sistemas de transporte, decisões de política urbana e dinâmicas diferentes que produziram e reproduziram diferenciações espaciais advindas de processos históricos excluídos das análises globais. A importância das particularidades nacionais e regionais é considerada, em contraposição a uma integração passiva e subordinada à economia global.

A busca de fomento internacional pelas cidades é avaliada criticamente por Pedro Arantes na análise dos financiamentos do Banco Mundial e BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) para as políticas urbanas. Quem ganha e quem perde com tais financiamentos? Segundo o discurso dos gestores, as conclusões são contraditórias. De um lado, uma visão catastrofista aponta a reprodução do neoliberalismo através das chamadas “boas práticas” a serem replicadas País a fora; de outro, uma percepção de falta de alternativas para o próprio financiamento da cidade. A questão é: como medir os ganhos sociais e, mais do que isso, como garantir estrategicamente esses ganhos e qual o contorno político necessário para tanto.

Algumas respostas aparecem no trabalho de Ângelo Filardo, a partir da crítica conceitual da gestão ambiental do Programa Guarapiranga. A análise econômica transcende as totalizações de custos e benefícios chegando à avaliação das perdas e ganhos entre os agentes e com o ambiente. Para o autor, a ação dos diferentes agentes sociais na busca de benefícios tem efeito estruturante na cidade e representa uma manifestação material inscrita no espaço urbano.

Ainda oferecendo respostas à questão de quem ganha e quem perde na produção do espaço urbano, temos o artigo de Cláudia Maira Beré, jurista vinculada à Promotoria de Habitação e Urbanismo do Ministério Público do Estado de São Paulo. Em parceria à disciplina ministrada pela professora Maria Lucia Refinetti R. Martins, que envolveu os alunos na pesquisa, o texto constata que o não-cumprimento da legislação tem suas causas na falta de alternativas habitacionais oferecidas à população de baixa renda e, mais profundamente, nos salários, que não incluem o valor da moradia no seu custo global, indicando uma correlação política de forças abissalmente distanciada de um Estado do Bem-Estar. As propostas alternativas para a “solução desses problemas” passam pelo Estatuto da Cidade e seus novos instrumentos, com destaque para a “regularização fundiária sustentável”, que poderá garantir títulos aos moradores, desde que atingidas as melhorias urbanísticas ambientais, repartindo-se despesas de implementação entre o Estado e os moradores.

As questões do financiamento da cidade e da constituição de uma nova centralidade reaparecem no texto de Mauro Kuznir na análise da Operação Urbana Água Branca. Para o autor, os interesses imobiliários predominaram sobre a criação de uma cidade mais justa e equilibrada. Apesar de não apresentar fundamentação empírica, o autor aponta a produção de novos empreendimentos de alto padrão fora dos limites da operação e cujos recursos gerados não são suficientes para a criação do novo pólo terciário, mas cuja expectativa de implementação gera novos valores artificiais apropriáveis. É louvável a defesa da necessidade de promoção de largas reformas sociais em detrimento de um urbanismo voltado apenas para atender aos interesses especulativos.

A história da habitação em São Paulo é apresentada de forma complementar através dos estudos de caso sobre as casas em série do Brás e da Mooca e dos conjuntos residenciais Ana Rosa e Copan, nos textos, respectivamente, de Luciana Alem Gennari e Fernanda Bárbara. Os dois trabalhos apresentam tipologias de qualidade que não puderam mais ser construídas em São Paulo pelas modificações da legislação urbanística. Abrangendo um período que vai do início até meados do século XX, as pesquisas têm em comum mostrar que, mesmo sendo um “negócio”, a produção habitacional poderia ter padrões e qualidades superiores,

trazendo alternativas de mercado para as populações de média e, principalmente, de baixa renda. Daí a indagação: por que a qualidade dos projetos habitacionais e da legislação foi sendo historicamente reduzida?

Álvaro Puntoni traz um texto essencial para quem se debruça sobre a pesquisa em projeto de arquitetura. Através da investigação projetual dos vazios urbanos da avenida Nove de Julho, Puntoni chega a uma proposta de reconfiguração urbana que torna o método de projetar o próprio caminho e a justificativa da forma resultante. A tese, presente no texto, consiste em afirmar que o projeto revela os objetivos e a própria pesquisa da qual é resultante. O texto, essencial a professores de Arquitetura e Urbanismo, aponta ainda a necessidade de construir um acervo de referências necessário ao ensino e ao processo de projeção do arquiteto.

A participação popular é a questão analisada por Caio Boucinhas. O texto baseia-se em experiências concretas envolvendo comunidades, prefeituras e pesquisadores nas produções participativas de espaços públicos, movimento coletivo de reversão do lamentável quadro de degradação socioambiental da Região Metropolitana de São Paulo. Apesar de um balanço positivo das experiências, fica de fora o efetivo alcance dos projetos, bem como sua escala de intervenção.

A questão habitacional é retomada em vários ângulos nos artigos de João Alberto Cantero, Caio Santo Amore de Carvalho e Nelson Baltrusis. O primeiro aponta a locação social como a forma mais adequada de produção habitacional, em contraposição à ideologia da casa própria. Além de constituir-se em novo paradigma de qualidade projetual, a locação social permite superar a equação perversa de localização e de viabilidade econômica para a população de baixa renda, reunindo elementos para a revisão da política habitacional.

O mutirão é dissecado por Carvalho, retomando de forma crítica o debate a respeito do tema, em especial questões como o sobretrabalho, os limites dos projetos de assessoria técnica, os custos da obra, a necessidade de parâmetros mais flexíveis de legislação e, finalmente, o mito da participação. O autor revela a disputa de bastidores por cargos e fundos públicos que, mais do que atender aos movimentos populares, encobre um real descolamento entre a direção e suas bases.

Baltrusis analisa o mercado imobiliário das favelas, desmontando a tese do economista peruano Hernando de Soto de que a simples regularização fundiária produziria a recuperação urbana. Contrapondo-se a De Soto, o artigo procura mostrar que a fórmula só funciona com a necessária ação do poder público na provisão de infra-estrutura, estabelecimento de novos e claros marcos regulatórios e, sobretudo, regulação do desempenho democrático da indústria da construção. O autor defende a idéia de que não existem milagres ou fórmulas mágicas no âmbito da política urbana. É necessária uma política pública de provisão habitacional, uma continuidade dos processos de regularização e urbanização de áreas degradadas e, em especial, a ampliação da ação de agentes privados na produção de habitação de baixa renda dentro do mercado.

Um tema inovador que enfoca a interface rural-urbano à luz do caso dos assentamentos rurais de Araras é apresentado por Márcia Renata Itani. A possibilidade de ampliação da inserção produtiva das famílias assentadas seria, segundo a autora, o caminho para a superação dos conflitos existentes com outras formas de ocupação periurbana, o que implica a necessária presença dessas condições para o sucesso do modelo a ser replicado no País.

A modificação perversa da paisagem de Belo Horizonte metropolitana é apontada por Stael de Alvarenga Pereira Costa. A superação desse problema de degradação ambiental deve ser enfrentada, segundo a autora, com um novo modelo de planejamento regional ambiental, co-responsabilizando atores públicos e privados.

Os três trabalhos que encerram o volume apresentam textos que abordam a preservação e o planejamento físico territorial do patrimônio cultural e paisagístico, bem como a questão de destinação dos resíduos sólidos domiciliares em megacidades.

Silvia Passarelli enfoca a importância da identificação de elementos urbanos ao longo da via férrea de Santo André como constituição da identidade de um município fundado no binômio indústria-ferrovia. Além disso, a formulação de uma política de preservação do patrimônio passa pela articulação de diversos níveis de governo interagindo nas diferentes escalas, bem como o envolvimento dos cidadãos na identificação dos bens a serem preservados.

Maria Luiza Marques Dias examina três experiências de escalas e conteúdos diferenciados de valorização do patrimônio em ação planejada: o tombamento da Serra do Mar, conjunto importante de patrimônio natural; a imaterialidade do Projeto Velho Cinema Novo; e o planejamento de Curitiba à luz do conceito de patrimônio. O resultado aponta, nos três casos, que planejamento e preservação não são políticas antagônicas e seus componentes simbólicos são passíveis de apropriação pela população e poder público, gerando a ressignificação de uma nova cultura urbanística.

Por fim, a análise da destinação de resíduos sólidos domiciliares em São Paulo serve de base para Claudia Ruberg formular uma proposta que opta pela redução do volume de resíduos através da incineração e de uma distribuição das estações de modo a reduzir racionalmente as viagens e a poluição por ela gerada.

Para os organizadores, as publicações das súmulas de trabalhos realizados entre 2004 e 2006 retratam a reorganização do Programa de Pós-Graduação nas novas áreas de concentração e do debate que as caracterizaram. O livro vai deve despertar nos leitores a vontade de conferir as teses e dissertações em sua íntegra e também proporcionar, pela sua qualidade e problemas levantados, novos e amplos caminhos de pesquisa que dêem conta do desenvolvimento das nossas cidades.

## A ERA DA INDETERMINAÇÃO

Francisco de Oliveira e Cibele Saliba Rizek (Orgs.)  
São Paulo: Boitempo, 2007 (Coleção Estado de Sítio)

*Gabriel de Santis Feltran*

Doutorando Ciências Sociais Unicamp

Compreender o presente, depois das rupturas dos anos 90. Esse é o esforço dos ensaios que compõem *A era da indeterminação*, o volume mais recente da coleção Estado de Sítio, recém-lançado pela Boitempo Editorial. Organizado por Francisco de Oliveira e Cibele Saliba Rizek, o livro torna pública a originalidade da produção mais recente do Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania (Cenedic), da Faculdade de

Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.<sup>1</sup>

Resultado de um projeto de pesquisa de cinco anos, a publicação escapa da fórmula usual das compilações temáticas que agrupam pesquisadores de um mesmo assunto. Muito ao contrário, o livro se aplica sobre um espectro de temas amplo, o que de cara já o faz referência incontornável para pesquisadores de domínios distintos das ciências sociais: da sociologia do trabalho à antropologia urbana; da economia ao estudo dos movimentos sociais; do debate sobre democracia à história do Brasil contemporâneo.<sup>2</sup> É na coerência – notável – dos pressupostos analíticos que os temas se articulam, e é dela que brota a força interpretativa do livro.<sup>3</sup>

Os argumentos que marcaram o desenvolvimento do projeto de pesquisa em questão têm uma cronologia. Partem da constatação, no final dos anos 90, de que as transformações da sociedade brasileira – avanço da privatização neoliberal e crise das possibilidades de regulação pública do mundo social – destituíam “as possibilidades de democratização e republicanização, anteriormente abertas pelo fim da ditadura militar” (p.7). Uma ruptura a ser levada a sério. Daí até 2001, o grupo se dedicou a *abordar a forma e o fundo* dessas transformações, a proceder sua exegese. A primeira parte do livro, escrita por Francisco de Oliveira em 2002, sintetiza este momento do debate. O autor vai recuperar, no intervalo entre o golpe militar de 1964 e as primeiras eleições presidenciais diretas, em 1989, as linhas-mestras do que teria sido a aposta brasileira na política, no sentido de Rancière, e os modos como ela foi desmontada a partir daí.

<sup>1</sup> A última publicação coletiva do Cenedic data de 1998, e de certa forma pressagia o que se desenvolve no volume recém-lançado. Ver *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global*, organizado por Francisco de Oliveira e Maria Célia Paoli, São Paulo: Editora Vozes (Coleção Zero à Esquerda), 1998.

<sup>2</sup> A “Introdução” é escrita por Cibele Rizek e Maria Célia Paoli. O corpo do livro é organizado em quatro partes: 1. Das invenções à indeterminação (Francisco de Oliveira); 2. Trabalho e sindicalismo na era da indeterminação (Roberto Vêras de Oliveira e Leonardo Mello e Silva); 3. Gestão, participação e violência: cenas e postos de observação (Carlos Bello, Cibele Saliba Rizek, Ana Amélia da Silva; Vera da Silva Telles); e 4. Política, indeterminação e exceção (Maria Célia Paoli; Francisco de Oliveira; Laymert Garcia dos Santos e Luiz Roncari).

<sup>3</sup> Vale lembrar que não se trata aqui, como também é comum, de uma compilação de artigos que orbitam tendo como centro a reflexão de um autor mais importante. Neste caso, a construção de parâmetros comuns de análise se dá entre diversos autores já consagrados, o que indica a dimensão e a seriedade do esforço intelectual conjunto, investido na preparação do livro.